

4 — Formação profissional:

«Curso básico de ciência e técnica fiscal» realizado no âmbito do estágio de ingresso para a categoria de liquidador tributário do quadro de pessoal da Direção-Geral das Contribuições e Impostos (1982-1983). Duração: 1 ano;

Ação de formação sobre IVA ministrada pelo Centro de Formação Profissional da Direção-Geral dos Impostos, em junho de 1985. Duração: 30 horas;

Ação de formação de preparação para o concurso de técnico tributário, em 1991: Duração: 30 horas;

«Código de procedimento administrativo» — Curso ministrado pelo Centro de Formação da Direção-Geral dos Impostos, em fevereiro de 2005. Duração: 18 horas;

Ação de formação para progressão na carreira — TAT, em novembro de 2005. Duração: 18 horas;

Ação de formação avaliação permanente — TAT 2 — 2.º curso, em abril de 2006. Duração: 24 horas;

«O estatuto disciplinar na Administração Pública e a sua tramitação processual» — curso ministrado pelo INA, Oeiras, em outubro de 2006. Duração: 30 horas;

Contabilidade para juristas — curso organizado pelo Centro de Formação da Autoridade Tributária e Aduaneira em 2013. Duração: 24 horas.»

12 de maio de 2014. — O Chefe de Divisão, *Manuel Silveiras Pinheiro*. 207818497

Declaração de retificação n.º 508/2014

Tendo sido publicado sem nota curricular o despacho n.º 6092/2014, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 12 de maio de 2014, procede-se ao seu aditamento.

«Nota curricular

Maria Teresa Amoroso Diogo da Silva Rodrigues Missionário.

A) Habilitações académicas:

Licenciada em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, em 1982, tendo optado, no último ano, pela especialização em Relações Internacionais.

B) Formação complementar:

Seminário de Alta Direção, INA, 2004.

Participação em vários encontros, seminários e formações, designadamente em matérias aduaneiras, formação pedagógica de formadores, contencioso comunitário, proteção dos interesses financeiros da Comunidade e harmonização de sanções, estatuto disciplinar na administração pública, reforma do contencioso administrativo, responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas, sistema de avaliação do desempenho (SIADAP) e Regime Jurídico de Arbitragem Tributária.

C) Atividade profissional:

Ingressou na carreira técnica superior da Direção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC) em 1984 tendo, desde março de 2006, a categoria de reverificadora assessora principal.

Desempenhou funções na Divisão de Cooperação Aduaneira Internacional até 1993 e na Direção de Serviços de Consultadoria Jurídica e de Contencioso da DGAIEC de 1994 a 2011.

Participou na elaboração de vários diplomas legais, designadamente os de implementação das diretivas comunitárias relativas à dívida aduaneira, o de criação da caução global para desalfandegamento e o relativo ao novo quadro legal dos declarantes e representantes perante a alfândega.

Colaborou na elaboração do *Manual de Legislação Aduaneira Anotada* e de várias circulares, tendo em vista a harmonização de procedimentos nos serviços.

No âmbito comunitário, representou a DGAIEC no Comité de Franquias Aduaneiras (reembolso, cobrança *a posteriori*), participou na feitura de vários regulamentos comunitários em matéria de dívida aduaneira, integrou a delegação portuguesa, no âmbito do Conselho da União Europeia, nos trabalhos que conduziram à aprovação do Código Aduaneiro Comunitário, na primeira presidência portuguesa e participou nas reuniões do grupo *ad hoc* do Comité de Política Aduaneira (suplentes) para o estudo das sanções administrativas às infrações ao direito aduaneiro comunitário.

Foi nomeada para vários grupos de trabalho, designadamente para a reestruturação do sistema de recursos próprios, a adaptação do sistema

fiscal à Lei Geral Tributária, a revisão do Código de Processo Tributário e a revisão do quadro legal dos declarantes perante a alfândega.

Foi nomeada, precedendo concurso, diretora dos Serviços de Consultadoria Jurídica e de Contencioso, em 10 de março de 2003, cargo que exerceu até 31 de dezembro de 2011.

D) Outras funções:

Foi monitora em matéria de dívida aduaneira e de direito de representação.

No âmbito do programa PICATFin, foi monitora em matéria de ética aduaneira em várias ações solicitadas pelas administrações aduaneiras de países membros da CPLP.

É coautora de *Direito Aduaneiro das Comunidades Europeias na Perspetiva da União Aduaneira, Estudos*, Ed. Braga, 1992, e do *Código Aduaneiro Comunitário — Anotado*, de A. Nuno da Rocha (coordenador) e outros, Edições ASA, 1994, e coordenou a Secção de Jurisprudência Nacional e Comunitária da *Revista Aduaneira*.»

12 de maio de 2014. — O Chefe de Divisão, *Manuel Silveiras Pinheiro*.

207818659

Direção-Geral do Orçamento**Aviso n.º 6169/2014**

A Secretaria-Geral do Ministério das Finanças pretende proceder ao preenchimento de postos de trabalho na carreira de especialista de informática, por recurso à mobilidade geral de trabalhadores, nos termos do disposto nos artigos 59.º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, para o exercício de funções na Direção-Geral do Orçamento (DGO), com a seguinte caracterização:

Perfil pretendido:

1 — “Área de comunicações”

Formação académica:

Licenciatura ou Mestrado Bolonha na área de Engenharia Informática e Comunicações.

Experiência:

Gestão de infraestruturas de comunicações Cisco (routing, switching, wireless);

Sistemas de segurança (Firewalls, proxys internet, balanceadores de tráfego);

Software de administração e monitorização de comunicações;

Sistemas operativos Windows Server/Linux.

2 — “Área de Web e Sharepoint”

Formação académica:

Licenciatura ou Mestrado Bolonha na área de Engenharia Informática.

Experiência:

Desenvolvimento de aplicações em .net;

Portais web (preferência SharePoint);

Experiência na Modelação de processos de negócio;

SqlServer, reporting services;

Conhecimentos:

SqlServer, reporting services;

Edição de conteúdos para a internet.

3 — “Área de Análise Programação de Aplicações orçamentais”

Formação académica:

Licenciatura ou Mestrado Bolonha na área de Engenharia Informática.

Experiência:

Análise e programação;

Preferencial na plataforma Outsystem.

Conhecimentos:

Conhecimentos de programação em .NET;

Preferencial, conhecimentos de programação em JavaScript;

Preferencial, conhecimento de programação em Outsystems;

Conhecimentos de programação em SQL;

Conhecimentos de modelação de Bases de dados.

Valoriza-se:

Facilidade de comunicação e relacionamento interpessoal;
Elevado sentido de responsabilidade, capacidade de análise e facilidade de aprendizagem.

Total de postos de trabalho: 3

Tipo de Oferta: Mobilidade interna.

Seleção: Os candidatos selecionados pela análise curricular serão convocados para entrevista profissional.

Remuneração: Igual à que o trabalhador aufera no lugar de origem, nos termos previstos no artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE para 2014).

As respostas deverão ser remetidas, no prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República* e na BEP, em requerimento dirigido à Direção-Geral do Orçamento, exclusivamente em formato digital, para o endereço eletrónico dgo@dgo.pt, com a menção expressa do vínculo, da carreira/categoria que detém, da posição e nível remuneratórios e a correspondente remuneração mensal e do contacto telefónico, acompanhado do *curriculum vitae*, detalhado e atualizado e cópia do certificado de habilitações literárias. A presente oferta de emprego estará ainda disponível na página eletrónica da DGO <http://www.dgo.pt/dgo/RecursosHumanos/Paginas/ProcedimentosConcursais.aspx>

8 de maio de 2014. — A Secretária-Geral do Ministério das Finanças,
Maria Júlia Fonseca Cardoso Neves Ladeira.

207818067

Direção-Geral do Tesouro e Finanças

Aviso n.º 6170/2014

A Secretária-Geral do Ministério das Finanças pretende proceder ao preenchimento de postos de trabalho na carreira de técnico superior, por recurso à mobilidade geral na modalidade de mobilidade interna de trabalhadores, nos termos do disposto nos artigos 59.º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, para o exercício de funções na Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), com a seguinte caracterização:

1 — Tipo de oferta — mobilidade interna na categoria;
2 — Carreira/categoria — técnico superior;
3 — N.º de Postos: 3 (três), 2 (dois) para a Referência JUR e 1 (um) para a Referência ARQ;

4 — Remuneração: correspondente à posição e nível remuneratórios detidos no lugar de origem, em conformidade com o disposto na alínea *d*) do n.º 2 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os trabalhadores da administração pública central do Estado;

5 — Caracterização do posto de trabalho: as características enquadráveis no conteúdo funcional correspondente à carreira/categoria de técnico superior, tal como se encontra definido no mapa anexo à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro;

6 — Requisitos de admissão:

6.1 — Habilitações Literárias

6.1.1 — Referência JUR — licenciatura ou grau académico superior, na área do Direito;

6.1.2 — Referência ARQ — licenciatura ou grau académico superior, na área das Ciências da Informação e da Documentação, ou licenciatura adequada com área de especialização em Arquivística;

6.2 — Ser titular de relação jurídica de emprego público previamente constituída, em regime de nomeação ou de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, e estar integrado(a) na carreira/categoria de técnico superior;

7 — Perfil pretendido:

7.1.1 — Referência JUR — as funções a exercer enquadram-se nas competências da Divisão de Assuntos Jurídicos e Coordenação da DGTF, especificamente, quanto à análise, interpretação, divulgação e aplicação da legislação em vigor, bem como a sua atualização, contemplando a produção de estudos, informações e pareceres jurídicos, suporte técnico-jurídico aos diversos serviços da DGTF no âmbito das suas atribuições, com destaque para o direito administrativo, contratação pública e direito das sociedades comerciais, sendo dada preferência a conhecimentos e experiência comprovados nas áreas em questão. Será igualmente valorizada a experiência na produção de instrumentos de gestão no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP);

7.1.2 — Referência ARQ — as funções a exercer enquadram-se nas competências da Divisão de Gestão de Recursos da DGTF, pretendendo-se conhecimentos e experiência profissional comprovada para o exercício de funções na área do Expediente e Arquivo, especificamente, quanto à elaboração de pareceres técnicos relativos à gestão de infraestruturas

de arquivo e à gestão documental; implementação de programas de tratamento documental em arquivo intermédio; apoio ao serviço de arquivo e expediente da DGTF; elaboração de propostas e pareceres técnicos no âmbito da implementação do sistema de gestão documental da DGTF, apoio e suporte técnico às Administrações Liquidatárias de empresas em processo de liquidação tendo em vista a incorporação de Fundos Documentais no arquivo da DGTF; elaboração de procedimentos aquisitivos ao abrigo do Código dos Contratos Públicos (CCP). Será também valorada experiência de informática na ótica do utilizador, em particular, domínio de folhas de cálculo e bases de dados;

8 — Seleção: a seleção será efetuada com base na análise curricular, complementada por entrevista profissional;

9 — Local de trabalho: Direção-Geral do Tesouro e Finanças, Rua da Alfândega, n.º 5 — 1.º andar, 1149-008 Lisboa;

10 — Prazo de apresentação das candidaturas: 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso;

11 — Formalização de candidaturas: através de requerimento dirigido à Diretora-Geral do Tesouro e Finanças, a remeter para o endereço eletrónico recrutar@dgtf.pt, tendo como assunto “Recrutamento por Mobilidade — Referência JUR” ou “Recrutamento por Mobilidade — Referência ARQ”, em função do posto de trabalho a que se candidatar. Do requerimento constará a indicação expressa: *a*) modalidade de relação jurídica de emprego que detém; *b*) carreira/categoria; *c*) o serviço onde exerce funções; *d*) posição e nível remuneratórios e a correspondente remuneração mensal; *e*) contacto telefónico disponível no horário compreendido entre as 09:00 — 18:00 horas, acompanhado de curriculum profissional detalhado e atualizado, em especial na área de atividade pretendida, datado e assinado, bem como cópia do certificado de habilitações literárias.

A presente oferta de emprego será igualmente publicitada em www.bep.gov.pt, no 1.º dia útil seguinte à presente publicação e estará ainda disponível na página eletrónica da DGTF, em <http://www.dgtf.pt/a-dgtf/recursos-humanos/procedimentos-concursais>.

8 de maio de 2014. — A Secretária-Geral do Ministério das Finanças,
Maria Júlia Fonseca Cardoso Neves Ladeira.

207818504

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.

Despacho n.º 6476/2014

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 3 do artigo 17.º da lei preambular e do artigo 72.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em período experimental, por recurso à reserva de recrutamento interna constituída através de procedimento concursal comum de recrutamento aberto por Aviso n.º 13801/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 220, de 13 de novembro de 2013, para preenchimento de um posto de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior, do mapa de pessoal do Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., para a Divisão de Planeamento e Recursos Humanos, com a trabalhadora Ana Paula Amaral Laires, com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória da categoria de Técnico Superior e ao 15.º nível remuneratório da tabela remuneratória única da carreira de Técnico Superior, com efeitos a 1 de maio de 2014. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

28 de abril de 2014. — A Presidente do Conselho Diretivo,
Prof.ª Doutora Ana Paula Martins Laborinho.

207816982

MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

Gabinetes dos Secretários de Estado dos Negócios
Estrangeiros e da Cooperação e do Ordenamento
do Território e da Conservação da Natureza

Despacho n.º 6477/2014

Nos termos conjugados do n.º 5 do artigo 234.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei